



**Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Florestas**

Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - Conaflor

Ata - 8ª Reunião

Abertura

Às 09:50 horas do dia 04 de Agosto de 2005, no auditório do Hotel Pathernon, em Brasília, Capital Federal, foi dado início à 8ª Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, sob a Presidência de Tasso Rezende de Azevedo (TRA) e secretariada por Paulo Yoshio Kageyama (PYK).

1. Apresentação e Aprovação da Agenda [TP-01]

- 1.1. Tasso Rezende de Azevedo (PNF/MMA)** abriu a 8ª Reunião CONAFLOr cumprimentando a todos e solicitando a apresentação dos membros titulares e suplentes para verificação de quorum. Seguiu-se a apresentação dos membros e convidados, os quais se encontram relacionados no anexo 1 desta Ata.

TRA (PNF/MMA) relatou que na 7ª Reunião CONAFLOr houve ausência de quorum e, por conseguinte, na pauta da 8ª Reunião foi acrescentado apenas o tema de pauta "Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia".

2. Aprovação da Ata da 6ª Reunião [TP-02]

- 2.1. TRA (PNF/MMA)** procedeu à aprovação da agenda e solicitou as considerações dos membros da CONAFLOr em referência a ATA da 6ª Reunião. Não houve comentários e a Ata foi aprovada sem modificações.

3. Atualização dos Representantes da CONAFLOr [TP-03]

- 3.1. TRA (PNF/MMA)** apresentou a lista contendo a relação dos membros e comunicou que aconteceram algumas alterações em conformidade com a alteração das equipes na ABEMA Centro-Oeste e ABEMA Sul. Acrescentou

ainda que o Itamaraty será incluído como titular após a publicação do Decreto.

4. Informes – 1ª Parte [TP-04]

4.1. Projeto de Lei Gestão de Florestas Públicas

4.1.1. TRA(PNF/MMA) procedeu à leitura do Tema de Pauta relativo ao PL Gestão de Florestas Públicas (PL 4776/2005).

4.1.2. TRA(PNF/MMA) ressaltou que o texto do Substitutivo, encaminhado ao Senado, encontra-se incluído no material da reunião. Comentou que o PL recebeu 303 emendas, sendo todas acatadas. As modificações mais significativas foram:

- Alteração do termo Licenciamento Prévio nas citações sobre Plano de Manejo;
- Restringir a ação do Serviço Florestal Brasileiro somente às áreas públicas;
- Modificação no artigo 19 do Código Florestal;
- Os Estados serão os responsáveis pela aprovação dos Planos de Manejo das florestas localizadas em áreas sob sua jurisdição.
- No 5º ano, a partir da implementação do PL, deverá ser feita avaliação social, ambiental e econômica pelo Congresso Nacional das ações desenvolvidas.

4.1.3. A palavra foi aberta aos membros:

Girolamo Treccani (CONTAG) solicitou explicações sobre o trâmite do PL no Senado Federal e sugeriu que o artigo 72, considerado inaceitável sob seu ponto de vista, fosse retirado do texto do Projeto de Lei. Requereu registro em Ata contextualizando o descontentamento e oposição da CONTAG em relação ao artigo.

Claúdia Ramos (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais da Amazônia) requisitou esclarecimentos sobre as áreas públicas que não foram convertidas e estão sendo exploradas.

TRA(PNF/MMA) esclareceu que o artigo 72 representa parte das negociações entre o Congresso Nacional e o Setor Ruralista. Comentou ainda que, as áreas já ocupadas “e” convertidas não serão passíveis de concessão florestal. No parágrafo segundo ficou garantido o direito de continuidade das atividades econômicas pelos atuais ocupantes das áreas, com prazo definido de cinco anos para encerrar a atividade, dando destinação adequada à área.

Tasso relatou duas opções de tramitação do PL no Senado federal: i)acordo imediato com aprovação subsequente e ii)encaminhamento às

Comissões de Constituição e Justiça, Meio Ambiente e Assuntos Econômicos. Deverá ser solicitada urgência constitucional no dia 05 de agosto. Concluiu que, como não houve acordo imediato, provavelmente o PL deverá passar pelas três comissões citadas e levará 45 dias para chegar ao Plenário.

4.2. Seminário Internacional de Recuperação de Paisagens Florestais

- 4.2.1. **TRA(PNF/MMA)** procedeu à leitura do Tema de Pauta relativo ao WorkShop Global de Restauração de Paisagem Florestal, que foi realizado entre os dias 4 e 8 de abril em Petrópolis, promovido pelos Governos do Brasil (PNF/SBF/MMA) e da Inglaterra em parceria com a IUCN e a Rede Internacional de Restauração de Paisagens Florestais. Comentou que todos os documentos referentes ao evento estão disponíveis na página da CONAFLORE para consulta.

5. Apresentação e discussão sobre Estudos Estratégicos [TP-05]

- 5.1. **Paulo Kageyama (SBF/MMA)** procedeu à leitura do Tema de Pauta relativo ao Estudo Estratégico "Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados". Kageyama solicitou ao Tasso que apresentasse o relatório sobre o estudo. A apresentação encontra-se no anexo 2 desta Ata.
- 5.2. **TRA(PNF/MMA)** relatou que o referido estudo constituiu uma demanda da CONAFLORE desde sua primeira reunião, e que o termo de referência para a elaboração do documento foi aprovado pelos membros da Comissão. Tasso mencionou que o estudo não foi sancionado pelo Ministério do Meio Ambiente e, conseqüentemente, não representa o posicionamento da Instituição em relação ao tema. O relatório foi executado por consultoria independente e reflete a opinião dos pesquisadores responsáveis pela elaboração do documento.

Conforme citações da própria autora, houve dificuldade em muitos casos para interpretar os conflitos ou impactos, tendo em vista que muitos depoimentos foram marcados por emoção e parcialidade. Salientou que o diagnóstico inicia um processo de análise, sendo necessário desenvolvimento de trabalhos complementares para depuração das informações. O diagnóstico sintetiza as informações, permitindo indicar pontos de pauta para a agenda do Governo e dos diversos interessados. O diagnóstico servirá para identificar pontos que devem ser trabalhados e não ser entendido como uma proposição de solução ou conclusão.

Tasso sugere que deverá ser dada oportunidade para que todas as partes envolvidas se manifestem, com a finalidade de orientar a continuidade do trabalho inicial. Relatou que está sendo feito um *per review*, onde profissionais de diversos setores efetuarão uma leitura do documento, apontando a interpretação para posterior revisão do relatório. O grupo de

trabalho responsável pelo *per review* é constituído pelos seguintes profissionais: i) Paulo Galvão, EMBRAPA; ii) Sérgio Arnes, EMBRAPA; iii) Maria Dalce, ANDA; iv) Dalcio Caron, ESALQ; v) Sebastião Valverde, UFV; vi) Luis Carlos do Vale, BIODIVERSITAS; vii) Garo Batmanian. Todos atuam em suas capacidades pessoais como convidados.

Tasso propôs a realização, pelo PNF, de um documento síntese que resuma o conteúdo do relatório e as contribuições que forem encaminhadas.

5.3. A palavra foi aberta aos membros:

Luiz Carlos de Miranda Joels (MCT) esclareceu que o envio das contribuições e sugestões não constituirá um documento oficial da CONAFLO, sendo somente subsídio para as discussões da Comissão.

Ana Cristina Barros (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – Caatinga) questionou se existe algum encaminhamento para que o componente ambiental do impacto dos plantios, quando se tornam invasoras em outros ecossistemas, seja apresentado no Simpósio sobre Espécies Invasoras que será realizado em outubro.

Comentou a necessidade de implementar sumário e índice ao relatório, o que facilitará a leitura do documento. Ressaltou a ausência de identificação das áreas ocupadas com Araucária e observou que deveriam ser resgatadas discussões sobre a espécie.

Durval Freire de Carvalho Olivieri (ABEMA) parabenizou o MMA pela iniciativa de realização do estudo estratégico, ressaltando que o documento é a maior e mais abrangente compilação de conflitos sócio-ambientais do país. Entretanto, identificou diversos erros técnicos no preâmbulo do documento. Entre eles destacou: i) que o desmatamento realizado no Sul da Bahia ocorreu em área de florestas em estado de regeneração, em contraposição ao relatado no estudo que seria em área de floresta primária. O procedimento foi corrigido e os reflorestamentos estão sendo implantados em áreas degradadas. Apontou ainda que, os processos de utilização de cloro no branqueamento de celulose, conforme citado no estudo, são apresentados de forma errônea.

Durval ressaltou que as empresas florestais preservam e recompõem áreas de reserva legal, sendo, talvez, o primeiro setor no estado da Bahia a promover a recuperação dessas áreas. Comentou que se as florestas fossem tratadas, tanto pelas empresas quanto pela área governamental, como cana, soja, etc e não como algo setorializado, teríamos uma maior facilidade de implementação. Concluiu comentando que a solução para o Brasil encontra-se nas florestas plantadas.

Aneli Dacas Franzmann (MDIC) parabenizou a iniciativa do MMA pela realização do estudo. Ressaltou que a preocupação dos empresários brasileiros é discutir a lei de forma mais ampla e mais aberta e não descumpri-la. Em função da simplicidade do relatório, discutirá o assunto

no Fórum de Madeira e Móveis, tendo em vista a necessidade de coletar contribuições consistentes ao estudo.

Cláudia Azevedo Ramos (IPAM) parabenizou a elaboração do documento. Entretanto, salientou que, apesar de ser um documento inicial, ficou evidente a dificuldade dos consultores em obter informações. Sugeriu que o documento fosse disponibilizado ao público, com a finalidade de receber sugestões não acessadas anteriormente e em consequência aperfeiçoar o relatório. Recomendou a realização de ações que aproximassem os atores envolvidos no conflito, o que tornaria mais rápido sua resolução.

- 5.4. **TRA(PNF/MMA)** mencionou que a ausência de índice e sumário foi identificado como uma falha do termo de referência e responsabilizou-se pela elaboração dos itens. O relatório deverá ser encaminhado às pessoas ou empresas citadas para que tenham direito à resposta.

- 5.5. A palavra foi aberta aos membros:

Girolamo Domenico Treccani (CONTAG) reconheceu a importância do trabalho, ressaltando que o estudo é um ponto de partida inicial. Lamentou que a discussão não tenha acontecido em Vitória, onde seriam envolvidos os atores interessados. Comentou ainda que, o documento deverá ser socializado, fazendo com que a sociedade brasileira tenha maior espaço de discussão. Questionou como efetivamente dar temporalidade para que o trabalho seja enriquecido.

Carlos Adolfo Bantel (SBEF) mencionou que a Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais sempre desejou um diagnóstico dos conflitos sócio-ambientais das florestas plantadas, para ser utilizado como base de referência e consequente adequação das ações de planejamento. Repudiou o relatório comentando que o documento é totalmente tendencioso e afronta diretamente a ciência florestal. Acrescentou que o texto encontra-se eivado com ideologias e modismos destituído de fundamentos científicos e princípios básicos da pesquisa. Lamentou que o documento tenha a chancela do Ministério do Meio ambiente. Bantel descreveu a ausência de embasamento dos consultores, tendo em vista que conhece pessoalmente algumas regiões relatadas no estudo e, certamente, não condiz com a realidade dos fatos.

Rubens Cristiano Damas Garlipp (SBS) reforçou a preocupação levantada por Bantel em referência à chancela do Ministério do Meio Ambiente. Acrescentou que o setor produtivo e outros segmentos ambientais, ambientalistas e sociais não estão plenamente de acordo com o conteúdo do relatório. Garlipp entende que o trabalho deverá ser focado para o entendimento, interpretação e resolução de causas estruturais que promovam conflitos, em contraposição às causas pontuais. Comentou que o enfoque deverá restringir-se à formatação de políticas públicas, buscando o desenvolvimento sustentável ou consolidação do desenvolvimento sustentável. Solicitou que não seja dada publicidade ao estudo, tendo em vista que a repercussão para as empresas, o Programa Nacional de Florestas, o setor florestal e até mesmo para o País poderá ser bastante

negativa. Comentou que já existem casos concretos de afetação das relações comerciais.

Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF) lamentou a ausência dos membros que mais tratam do tema nas reuniões CONAFLO: i) o representante do Fórum das ONGs e Movimentos Sociais do Cerrado e ii) o representante da Rede Alerta contra o Deserto Verde. Comentou que deverá ser dada publicidade, não reconhecendo o relatório como tendencioso. Acredita que a transferência do tema florestas para o Ministério da Agricultura é um equívoco. Sugeriu a inclusão do tema "Visão Básica da História do Brasil" nos currículos universitários, com a finalidade de promover um entendimento sobre a Lei de Terras no país.

Luiz Cornacchioni (Chapas, Celulose e Papel) manifestou desagravo quanto à metodologia utilizada no estudo, onde foram citadas nominalmente algumas empresas, criando uma série de problemas e um certo dissabor no setor florestal. Salientou que os citados no documento deverão ser ouvidos. Declarou-se absolutamente contra a divulgação do relatório, até que sejam implementadas todas as ações determinadas pela CONAFLO.

Glauber Sumar Pinheiro (SBEF) relacionou informações inverídicas descritas no relatório, entre elas: na página 115 e 116 relatou sobre uma reunião organizada pela SBEF que não aconteceu; troca de nomes de entidades que promoveram determinados eventos. Comentou que as questões históricas, como a própria questão fundiária, não são exclusivas da atividade florestal e, portanto, não deveriam ser tratadas como inerentes à essa atividade. Glauber propôs correção do documento antes de sua divulgação.

Evaldo Muñoz Braz (EMBRAPA) concluiu que o documento apresenta uma série de lacunas metodológicas. Sugeriu que a análise e enriquecimento do relatório fossem executados por instituições e não por pessoas, com posterior incorporação das sugestões apresentadas.

5.6. **TRA(PNF/MMA)** esclareceu que o documento não detém a chancela do MMA e não representa a visão e tão pouco a opinião do MMA, PNF ou da CONAFLO. Este esclarecimento deverá constar em prefácio a ser acrescentado ao documento. Mencionou que o estudo apresenta uma metodologia claramente definida e explicita suas limitações. Recomendou que determinados comentários, colocando em questionamento a competência dos autores, não seria um posicionamento adequado para a CONAFLO.

5.7. **Paulo Kageyama (SBF/MMA)** lamentou o comentário considerado inadequado do Dr. Bantel.

5.8. A palavra foi aberta aos membros:

Andréa Coelho Figueiredo (MME) relatou que, no item recomendações do relatório, foi muito bem apontado, como estratégia de ação utilizada para

minimizar os conflitos sócio-ambientais, a realização de reunião pública. Referendou que o Comitê de Bacia é a instituição legal, onde há participação pública, participação do Governo, ONGs e sociedade civil organizada, e delibera sobre os usos da água através do Plano de Bacia. Concluiu que o Comitê é o fórum legal para a realização dessas deliberações.

Pedro Roberto Madruga (ABEAS) lamentou a ausência da consultora que certamente esclareceria os questionamentos dos membros. Comentou que gostaria de participar ativamente da análise do documento, tendo em vista que sequer foram consultados, apesar do curso de Engenharia Florestal do Rio Grande do Sul ter sido implantado na década de 70. Recomendou que o documento não deverá ser publicado sem uma discussão mais aprofundada.

Ana Cristina Barros (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – Caatinga) relatou que o prefácio assinado pelo Ministério deverá remeter às conclusões do próprio relatório, que citou a incapacidade de eliminar as emoções dos depoimentos. Sugeriu que no conteúdo do prefácio prepondere a leitura contextual do problema, sendo, portanto, diferente do resumo. Sugeriu que no resumo fosse identificada a tipologia dos conflitos, não deixando de descer à escala geral ou às tendências. Recomendou que fosse utilizada a metodologia conhecida como “Construção de Consenso” para organizar as informações e os grupos de interesse.

Ana Cristina solicitou que no “Simpósio de Espécies Invasoras” fosse elaborado um documento com contribuições formais ao relatório. Questionou quanto ao prazo para acrescentar as contribuições ao relatório.

Ricardo Castilho (AMS) comentou que o setor produtivo de Minas Gerais não concorda com as informações descritas no relatório, e que a chancela do Ministério do Meio Ambiente tem causado impasse entre o setor e a sociedade. Acrescentou que o *per review* será fundamental, pois irá suprimir a emoção e a parcialidade do documento.

João Antônio Fagundes Salomão (MAPA) demonstrou-se contrário à publicação do documento. Comentou que as empresas do ramo de celulose, que trabalham com exportação, estão sujeitas ao tribunal do mercado; e um documento enviesado poderá trazer prejuízos, como já trouxe.

Mencionou que o documento não traz o contraditório às acusações interpostas. No prefácio, o desafio é exatamente contextualizar o documento e explicitar que não reflete a opinião do MMA.

Eduardo Monteiro Fagundes (Óleos e Resinas) identificou, na página 7 do relatório, um erro referente a resinagem, que por sua vez não é praticada em *Araucaria angustifolia*. Recomendou que o relatório não deverá ser divulgado até que sejam feitas as devidas correções. Ressaltou seu interesse em participar do Seminário sobre Espécies Invasoras.

Luiz Carlos de Miranda Joels (MCT) propôs que o documento não seja divulgado sem que haja um debate mais amplo. Ressaltou a importância de algumas ações, entre elas: i) debate com a autora; ii) identificação clara da metodologia utilizada no relatório; iii) decisão, em plenário, sobre a necessidade de reescrever o documento ou elaborar um novo relatório.

Esclareceu que somente o prefácio, apesar de ser uma contribuição importante, não resolverá toda a questão. Sugeriu que fosse instituído um grupo, com representação dos diferentes setores da CONAFLO, para analisar e posteriormente tornar público um documento sancionado pela Comissão.

Glauber Sumar Pinheiro (SBEF) sugeriu que a CONAFLO deverá buscar uma solução para minimizar os impactos causados pela divulgação do relatório. Acrescentou que a instituição na qual trabalha foi de alguma forma desrespeitada, no momento em que foram citadas informações básicas completamente descaracterizadas.

- 5.9. **TRA(PNF/MMA)** propôs retirar da pauta o tema sobre “Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia”. É um tema importante e deverá retornar na próxima reunião da CONAFLO. A grande vantagem do adiamento é que possivelmente será apresentado uma estimativa preliminar do desmatamento.

Tasso prosseguiu listando as seguintes sugestões de encaminhamentos relativos ao estudo estratégico:

- Identificar um procedimento de revisão formal do relatório pelos membros da CONAFLO, com definição de prazos para encaminhamento das considerações;
- Incluir sumário e índice;
- Encaminhar o documento a todas as pessoas e entidades citadas e incorporar as devidas correções ou sugestões;
- O relatório não será publicado, ou seja, disponibilizado ao público;
- Proceder a um debate mais aprofundado com os envolvidos ou impactados pelo relatório;
- Incluir um prefácio elaborado pelo Ministério que deverá ser transformado em nota de esclarecimento e disponibilizada a todos os envolvidos;
- Definir prazos para as contribuições;
- Identificar procedimentos de divulgação dos documentos a serem elaborados pela CONAFLO;
- Convidar a autora para um debate sobre o estudo;
- Definir a necessidade de elaboração de um documento próprio da CONAFLO sobre o tema e como será executado.

Tasso acrescentou que a revisão do relatório poderá ser feita pelo próprio PNF, onde seriam coletadas todas as citações de pessoas e entidades com posterior envio do relatório, de forma que todos os envolvidos pudessem se manifestar sobre a veracidade dos fatos. Ou ainda, como uma alternativa possível, os membros da CONAFLO se responsabilizariam pela apuração das informações relacionadas ao seu grupo de interesse.

5.10. Intervalo para o almoço.

- 5.11. **TRA(PNF/MMA)** passou a palavra ao Rosalvo do Ministério da Integração Nacional e, posteriormente, à Cláudia para comentar sobre as seguintes publicações: i) Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial; ii) Amazônia Revelada: Os Caminhos ao Longo da BR 163; iii) Animais como Indicadores: Uma Ferramenta para Acessar a Integridade Biológica após a Exploração Madeireira em Florestas Tropicais.

Rosalvo de Oliveira Júnior (Ministério da Integração Nacional) fez um breve relato sobre a publicação "Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial". Comentou que os interessados poderão encaminhar solicitação ao e-mail rosalvo.junior@integracao.gov.br. Sugeriu que fosse discutida a questão dos Distritos Florestais em contribuição à futura Política Nacional de Ordenamento do Território. Em seguida, Rosalvo apresentou a segunda publicação, de autoria do Ministério do Transporte, intitulada "Amazônia Revelada: Os Caminhos ao Longo da BR 163". Será disponibilizada uma cópia em CD a todos os membros da CONAFLO.

Cláudia Azevedo Ramos (IPAM) fez um breve relato sobre o livro "Animais como Indicadores: Uma Ferramenta para Acessar a Integridade Biológica após a Exploração Madeireira em Florestas Tropicais". Comentou que a publicação encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.ipam.org.br.

- 5.12. **TRA(PNF/MMA)** confirmou que as três publicações mencionadas constarão no CD da 8ª Reunião CONAFLO. Comentou que está sendo elaborado um mecanismo de identificação territorial de áreas prioritárias para investimento em desenvolvimento a partir da floresta, sendo denominado inicialmente de Distrito Florestal. Nesse contexto, seriam definidas áreas no país que teriam esse nome em função de uma série de características e existiriam esforços de diversos ministérios com a finalidade de incentivar a atividade.

O primeiro Distrito Florestal a ser instalado na região da BR 163 será tema de pauta da próxima reunião CONAFLO.

- 5.13. **TRA(PNF/MMA)** retomou à discussão sobre o estudo estratégico, passando a palavra aos membros.

Carlos Adolfo Bantel (SBEF) explicou que o termo quadrilha, anteriormente citado, refere-se a roubos, assaltos e destruição de fazendas florestais.

Ricardo Castilho (AMS) solicitou revisão do documento elaborado por Ednardo Machado Fontes - MMA que trata dos índices de IDH nas regiões, estados e municípios com reflorestamento. Recomendou que o trabalho não seja publicado até que suas informações sejam averiguadas e consolidadas.

Cláudia Azevedo Ramos (IPAM) comentou que o documento precisa ser melhorado e os citados deverão ser ouvidos com a possibilidade de adicionarem informações. Sugeriu utilizar o documento, juntamente com as propostas que serão encaminhadas, para definição de ações a serem

implementadas com a finalidade de minimizar os conflitos identificados. Comentou ainda que, qualquer documento encomendado por um órgão público passa, necessariamente, a ser público.

Durval Freire de Carvalho Olivieri (ABEMA) recomendou que o trabalho com IDH deverá ser corrigido. Sugeriu que deverá ser melhor pesquisada a relação da implantação de reflorestamentos com o Índice de Desenvolvimento Humano, tendo em vista que a melhoria das condições sociais é um dos sustentáculos da floresta plantada. Comentou que a floresta plantada é uma solução social, econômica e ambiental para reduzir a pressão nas florestas nativas, recuperar áreas degradadas e melhorar a sustentabilidade das bacias hidrográficas.

- 5.14. **TRA(PNF/MMA)** esclareceu que o estudo relativo ao IDH não é conclusivo, tendo em vista que não ficou comprovada relação entre a implantação de reflorestamentos e o Índice de Desenvolvimento Humano. Portanto, não será objeto de publicação, assim como não reflete uma opinião do MMA. Comentou que será tornado público o estudo sobre conflitos sócio-ambientais com suas correções e adaptações ou, pelo menos, com as devidas explicações.

Tasso listou as seguintes sugestões de encaminhamentos sobre o estudo:

- O documento atual será revisado;
- Incluir sumário e índice para facilitar a leitura;
- Explicitar que o documento não representa a opinião ou posicionamento do MMA, PNF ou CONAFLO; Tasso sugeriu elaborar um prefácio e uma nota explicativa que, por sua vez, poderá ser independente ao documento.
- Permitir que os citados, entre eles as instituições, empresas e indivíduos, possam se pronunciar por meio de sugestões, observações ou correções ao estudo;
- Os membros da CONAFLO deverão encaminhar formalmente suas contribuições;
- Definir procedimentos para divulgação dos documentos desenvolvidos no âmbito da CONAFLO;
- Definir prazos para o envio das contribuições.

- 5.15. A palavra foi aberta aos membros para suas considerações:

Rosalvo de Oliveira Júnior (Ministério da Integração Nacional) solicitou que fosse acrescentada aos encaminhamentos a definição de prazo para a finalização do documento. Em referência ao Índice de Desenvolvimento Humano, comentou ser um indicador sujeito a críticas e elogios. Em função do exposto, sugeriu que fossem desenvolvidos outros estudos para esclarecer a divergência.

Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF) comentou não ser possível proceder qualquer modificação no documento original, tendo em vista que já se encontra assinado e finalizado.

Durval Freire de Carvalho Olivieri (ABEMA) discordou do comentário anterior esclarecendo que deverá ser dada oportunidade à autora para retificar os erros que cometeu. Mencionou que o documento foi preparado para ser submetido à aprovação, caso contrário haverá um grande desgaste nas imagens do Ministério, do PNF e da própria CONAFLO.

Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF) sugeriu que nos próximos estudos acrescente, além do IDH, o Índice de GINI.

- 5.16. **TRA(PNF/MMA)** recomendou que as contribuições, sugestões e correções sejam encaminhadas à autora, de forma que se dê oportunidade para efetuar as modificações que julgar necessárias. Caso a autora não concorde em alterar o relatório, sugeriu que conste no documento, como nota de rodapé, as opiniões divergentes.

Carlos Adolfo Bantel (SBEF) discordou da opinião anterior sugerindo que deverá ser elaborado um relatório limpo, puro, sem erros e inverdades. O documento deverá restringir-se às normas de publicação. Comentou que o relatório apresentado pela consultora contém inverdades e não segue critérios e normas técnicas de publicação.

Aneli Dacas Franzmann (MDIC) comentou que, se o trabalho não cumpriu o objeto pelo qual foi contratado, deverá ser devolvido à autora por não contemplar os pré-requisitos básicos.

TRA(PNF/MMA) esclareceu que o termo de referência executado pela CONAFLO foi cumprido.

Ricardo Castilho (AMS) solicitou a identificação de todos os entrevistados, o que considerou de extrema importância para melhorar a visibilidade do documento.

Glauber Sumar Pinheiro (SBEF) concordou com o posicionamento do Henrique e acrescentou que não se pode alterar um trabalho sem a aprovação do autor. Comentou que o documento foi amplamente divulgado e deixou clara a necessidade de um posicionamento da CONAFLO sobre o assunto. Mencionou que a obrigação de corrigir os pontos inverídicos é da CONAFLO, que por sua vez deverá publicar um novo documento onde serão retiradas as informações incorretas e acrescentadas as contribuições encaminhadas pelos envolvidos.

Ana Cristina Barros (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – Caatinga) sugeriu que as considerações sejam encaminhadas à consultora numa tentativa de corrigir as inverdades. Ressaltou a necessidade de se ter uma agenda positiva para garantir a base florestal, o mercado internacional e reduzir os conflitos sociais. Ressaltou que todo documento produzido para a CONAFLO deverá conter no rodapé a seguinte expressão: "Não necessariamente expressa a opinião da CONAFLO e do MMA"; e ainda, o documento somente será considerado versão final após ter sido apreciado pela CONAFLO. Nos termos de referência para contratação dos estudos deverão constar procedimentos para incorporar diferentes visões que possam surgir após as discussões. Recomendou que, em futuras

reuniões com discussão sobre estudos contratados, os termos de referência e o próprio contrato deverão fazer parte do material organizado pelo PNF para a reunião.

Luiz Carlos de Miranda Joels (MCT) relatou que o documento não tem propriedade intelectual como se fosse um documento autoral, sendo de propriedade do MMA. O estudo deverá ser revisado e não necessita de inclusão das notas de rodapé citando a opinião da autora.

Rosalvo de Oliveira Júnior (Ministério da Integração Nacional) sugeriu que deverá ser elaborado um novo estudo respeitando as normas da ABNT, para posteriormente identificar as ações a serem implementadas pela CONAFLO.

Girolamo Domenico Treccani (CONTAG) comentou que o trabalho encontra-se em conformidade com o termo de referência proposto e aprovado em reunião CONAFLO. Recomendou o encaminhamento à autora, para que se proceda correção, dos fatos reconhecidos como inverídicos pelos membros da CONAFLO. Ressaltou que o conteúdo do documento é responsabilidade única e exclusiva da autora e de sua equipe.

Francisco Roskilde Pessoa Araújo (CONTICOM) sugeriu que os pontos relacionados por Tasso fossem discutidos e posteriormente colocados em votação na plenária. Mencionou que o estudo servirá de base para futuras políticas, não sendo, portanto, um documento definitivo.

João Antônio Fagundes Salomão (MAPA) ressaltou que o documento não poderá conter inverdades, tendo em vista que será utilizado para formulação de políticas públicas. Sugeriu o encaminhamento das considerações à autora para que proceda a verificação dos fatos e, posteriormente, a correção do relatório.

Evaldo Muñoz Braz (EMBRAPA) comentou que a instituição onde trabalha monitora todos os textos a serem publicados por seus pesquisadores.

Justiniano Neto (UNIFLO) considerou correto o encaminhamento proposto por Tasso. O documento será enviado à autora para proceder às devidas correções. Em seguida, o plenário decidirá sobre a precisão técnica do estudo que servirá de subsídio na formulação de políticas públicas.

5.17. **TRA(PNF/MMA)**, após ler cópia do e-mail referente à troca de informações entre a empresa VERACEL e a autora que, por sua vez, sugeriu abertura para revisão do texto, listou as seguintes propostas de encaminhamentos:

- Enviar à autora todas as sugestões, contribuições e comentários recebidos dos membros da CONAFLO e das instituições e pessoas citadas no estudo para que se proceda as alterações necessárias;
- O PNF providenciará a checagem de todas as citações e encaminhará o relatório aos interessados. Ficará definido um prazo de 45 a 60 dias, a partir do encaminhamento do estudo aos interessados, para recebimento das contribuições;

- Sugeriu que estejam disponibilizados no documento, como nota de rodapé ou anexo, os comentários que refletem as diferenças de opinião sobre os temas abordados;
- Extrair do documento a classificação dos tipos de conflitos, a caracterização dos atores envolvidos e das regiões onde os conflitos foram detectados e os mecanismos de resolução. Esse novo relatório será utilizado como um documento de trabalho para a CONAFLOR;
- Explicitar que o documento não representa a opinião ou posicionamento do MMA, PNF ou CONAFLOR;
- Elaborar um prefácio e uma nota explicativa que, por sua vez, poderá ser independente ao documento;
- Incluir sumário e índice para facilitar a leitura;

Tasso comentou que o relatório é simplesmente uma forma de tentar compreender e antecipar o que poderá acontecer no futuro.

5.18. A palavra foi aberta aos membros:

Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF) recomendou que a aprovação do novo documento pela CONAFLOR deverá ser consensual.

Cláudia Azevedo Ramos (IPAM) recomendou que no novo documento deverão ser adicionadas propostas de políticas públicas e sugestão de ações a serem implementadas.

Luiz Carlos de Miranda Joels (MCT) discordou da inclusão de notas de rodapé no relatório. Sugeriu que fosse elaborado um texto de interesse da CONAFLOR, com identificação das divergências dentro da Comissão, sendo desnecessária a citação das divergências em relação à autora.

Durval Freire de Carvalho Olivieri (ABEMA) recomendou que a elaboração do novo documento proporcionasse maior interação com instituições regionais.

Carlos Adolfo Bantel (SBEF) sugeriu incluir no texto a ser elaborado pelo MMA a seguinte frase: “O documento não está formalmente publicado”, com a finalidade de evitar que o Ministério assuma, eventualmente, a responsabilidade de acesso que o público teve ao estudo. Solicitou que o documento revisado deverá atender às normas técnicas ABNT e se comprometeu de encaminhá-las para a adequação do relatório.

5.19. **TRA(PNF/MMA)** mencionou que as pessoas e instituições citadas gostariam de ter a oportunidade de responder aos comentários contemplados no estudo. Esclareceu que o novo documento, a ser aprovado por todos os membros da CONAFLOR, expressará o entendimento da Comissão sobre a questão dos conflitos sócio-ambientais. Sugeriu que a nova versão fosse executada pelo PNF para posteriormente ser submetido à Comissão, como aconteceu com o PL Gestão de Florestas Públicas.

Tasso comentou que será elaborada uma nota explicativa onde constará a sugestão do Bantel. O PNF providenciará a checagem de todas as citações e encaminhará o relatório aos interessados. Ficará definido um prazo de 45 a 60 dias, a partir do encaminhamento do estudo aos interessados, para recebimento das contribuições.

Tasso sugeriu revisão na agenda da reunião. Os Temas de Pauta “Plano de Prevenção e Controle ao desmatamento na Amazônia” e “Descentralização da Gestão Florestal” serão incluídos na próxima reunião.

Encaminhamentos:

1. O PNF providenciará a checagem de todas as citações e encaminhará o relatório aos interessados. Ficará definido um prazo de 45 a 60 dias, a partir do encaminhamento do estudo aos interessados, para recebimento das contribuições;
2. Enviar à autora todas as sugestões, contribuições e comentários recebidos dos membros da CONAFLO e das instituições e pessoas citadas no estudo para que se proceda às alterações necessárias;
3. Disponibilizar no documento, como nota de rodapé ou anexo, os comentários que refletem as diferenças de opinião sobre os temas abordados;
4. Extrair do documento a classificação dos tipos de conflitos, a caracterização dos atores envolvidos e das regiões onde os conflitos foram detectados e os mecanismos de resolução. Esse novo relatório será utilizado como um documento de trabalho para a CONAFLO;
5. Explicitar que o documento não representa a opinião ou posicionamento do MMA, PNF ou CONAFLO; Elaborar um prefácio e uma nota explicativa que, por sua vez, poderá ser independente ao documento;
6. Incluir sumário e índice para facilitar a leitura;
7. O relatório não será publicado nem disponibilizado ao público sem a aprovação da CONAFLO;
8. Definir procedimentos para divulgação dos documentos desenvolvidos no âmbito da CONAFLO

6. Informes – Agenda Internacional - 2ª Parte [TP-06]

6.1. Revisão do Arranjo Internacional de Florestas

- 6.1.1. **TRA(PNF/MMA)** procedeu à leitura do Tema de Pauta “Revisão do Arranjo Internacional de Florestas”. Na V Sessão da UNFF, o Brasil elaborou proposta com os seguintes objetivos estratégicos globais: i) combate e eliminação da perda da cobertura florestal; ii) aumento da percentagem de florestas manejadas de forma sustentável; iii) erradicação da pobreza nas áreas florestais e iv) ampliação de mercado e oportunidade aos produtos oriundos dos países em desenvolvimento e das florestas tropicais nos mercados dos países desenvolvidos.

Tasso esclareceu que os objetivos listados seriam válidos como diretrizes para todos os países membros da UNFF e, posteriormente, cada país apresentaria suas contribuições para atingi-los. Os países que possuem florestas estabeleceriam ações relativas diretamente às florestas, enquanto aqueles desprovidos de áreas florestadas apoiariam com assistência técnica, desenvolvimento tecnológico e recursos para implementar os subsídios estratégicos.

Tasso comentou que esse tema retornará na próxima reunião CONAFLO, com a finalidade de discutir a posição brasileira que será apresentada em fevereiro de 2006.

Encaminhamentos:

1. Encaminhar versão final da posição brasileira sobre o novo Arranjo Internacional de Florestas.

6.2. Revisão do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais

6.2.1. TRA(PNF/MMA) procedeu à leitura do Tema de Pauta “Revisão do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais”. Esclareceu que o escopo do acordo foi ampliado incluindo serviços ambientais e produtos não madeireiros, desde que sejam priorizados os produtos madeireiros. A meta da organização é aumentar o mercado de produtos de floresta tropical e de origem sustentável, entretanto, o recurso anual disponível é insignificante. Existe um desequilíbrio em relação à contribuição dos países. Por outro lado, é um dos poucos acordos internacionais que tem um mecanismo muito objetivo de implementação, conhecido como o sistema de projetos. Comentou que esse tema retornará na próxima reunião.

Tasso prosseguiu apresentando as linhas temáticas para seleção de propostas para a ITTO. Esclareceu que os projetos encaminhados a ITTO para financiamento passam por um processo de seleção, após enquadramento nas linhas prioritárias definidas pela CONAFLO. A Comissão participará da seleção dos projetos.

Tasso explicou que o processo de seleção desenhado inclui a participação da CONAFLO em dois momentos: i) Definição de linhas temáticas prioritárias para seleção e ii) Comitê de Avaliação de Propostas. O processo de seleção para 2005 e 2006 será baseado em carta-consulta e as propostas selecionadas terão apoio do PNF e da ABC para sua completa elaboração.

Tasso comentou que a proposta do PNF é de que todos os temas descritos como prioritários no marco lógico sejam passíveis de apresentação de propostas de projetos. O marco lógico inclui todos os

sub-programas descritos no item V – “Planos, programas e prioridades”. Poderão ser suprimidos ou acrescentados outros temas. Tasso procedeu leitura dos sub-programas listados no Primeiro Marco Programático de Cooperação Brasil – OIMT.

6.2.2. A palavra foi aberta aos membros:

Evaldo Muñoz Braz (EMBRAPA) solicitou que fosse acrescentado no Sub-Programa 2 - Reflorestamento e Manejo Florestal, o tema “Desenvolvimento de ferramentas e sistemas para o planejamento da gestão de florestas naturais”.

Cláudia Azevedo Ramos (IPAM) sugeriu que fossem priorizadas propostas que viabilizassem a implementação de concessões, fazendo, dessa forma, uma ligação com o PL Gestão de Florestas Públicas.

Ana Cristina Barros (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – Caatinga) sugeriu incluir, no sub-programa 1, uma linha sobre possibilidade de geração de renda a partir da compensação de reserva legal. E incluir no sub-programa 2, a consolidação das iniciativas de controle de exóticas em florestas públicas e privadas, plantadas e nativas, com a proposição de um marco regulatório. Ana Cristina questionou se serviço ambiental seria um produto não madeireiro.

Paulo Kageyama (SBF/MMA) sugeriu que se priorizasse o manejo comunitário.

Evaldo Muñoz Braz (EMBRAPA) demonstrou preocupação com as prioridades, justificando que algumas pessoas poderão mascarar o projeto.

Durval Freire de Carvalho Olivieri (ABEMA) questionou se os projetos serão destinados somente à floresta ombrófila, como a Amazônia e a Mata Atlântica, ou contemplarão também o Cerrado e a Caatinga. Sugeriu que fosse incorporada a questão do clima para as florestas que estejam se regenerando de forma estimulada. Questionou se a atualização da legislação poderá ser incluída como proposta de projeto.

Paulo Sérgio Pellegrini (ABEMA) ressaltou que o tema sobre a descentralização da gestão florestal não foi debatido, apesar de considerar de extrema importância para os estados. Comentou que o atraso na discussão do tema tem gerado uma série de problemas, dificultando a formação de novas florestas.

6.2.3. **TRA(PNF/MMA)** concluiu esclarecendo que, dentro de todos os temas identificados nos sub-programas teria prioridade aquele que abordasse a gestão de florestas públicas. Comentou que projetos parecidos poderiam ser agregados em uma só proposta e solicitou à Valéria (ABC) que incorporasse essa sugestão ao texto da Chamada de Projetos.

Conforme solicitação da Ana Cristina, Tasso incorporou o tema “Controle e monitoramento de espécies invasoras”. Destacou que será priorizado o projeto que contemplar produtos madeireiros, não madeireiros e serviços ambientais, em contraposição àqueles que identificarem um único tema. No caso de manejo de uso múltiplo deverão ser incorporados produtos madeireiros, não madeireiros e serviços ambientais. Esclareceu que a priorização de temas facilitará o trabalho de identificação das melhores propostas, e que a carta consulta define a concisão e objetividade da proposta, dificultando que o proponente mascare o projeto. Comentou que tanto o Cerrado quanto a Caatinga estarão no âmbito de seleção dos projetos. Entretanto, não julgou pertinente acrescentar o tema sobre Clima, tendo em vista que poderá causar confusão por ainda estar em debate a posição brasileira.

Tasso mencionou que o edital será lançado nas próximas semanas, portanto recomendou que os membros circulassem o documento para incorporação de novas idéias.

Definiu que os temas de pauta “Descentralização da Gestão Florestal” e “Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento” serão incluídos na reunião extraordinária, que deverá acontecer antes da 9ª Reunião Ordinária.

Encaminhamentos:

1. Incluir os temas “Descentralização da Gestão Florestal” e “Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento” na pauta da reunião extraordinária, que deverá acontecer antes da 9ª Reunião Ordinária.

7. Encerramento

Sem outros assuntos para tratar, a reunião foi encerrada às 17:05h.

Anexo 1. Lista dos Participantes da Reunião

MEMBROS CONAFLOR

Nome do Membro	Instituição
Nelson Barboza Leite	Ministério do Meio Ambiente/PNF
Pedro Roberto Madruga	ABEAS - Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior
Paulo Sérgio Pellegrini	ABEMA – Nordeste
Rosane Dil Donatti	Chapas, celulose e papel
Evaldo Muñoz Braz	EMBRAPA
Claudia Azevedo Ramos	Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Amazônia)
Ana Cristina Barros	Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Caatinga)
Luiz Carlos de Miranda Joels	Ministério da Ciência e Tecnologia
Rosalvo de Oliveira Junior	Ministério da Integração Nacional
Paulo Kageyama	Ministério do Meio Ambiente
Glauber Sumar Pinheiro	SBEF - Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais
Antonio Carlos Hummel	IBAMA
Henrique Moreira de Melo Silva	ABEEF - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
Durval Freire de Carvalho Olivieri	ABEMA – Nordeste
Luiz Cornacchioni	Chapas, celulose e papel
Girolamo Domenico Treccani	CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
Francisco Roskilde Pessoa Araújo	CONTICOM - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção e Madeira
Fernando Castanheira	Madeira Sólida
João Antonio Fagundes Salomão	Ministério da Agricultura
Andrea Coelho Figueiredo	Ministério de Minas e Energia
Aneli Dacas Franzmann	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Tasso Rezende de Azevedo	Ministério do Meio Ambiente
Nome do Membro	Instituição

Raquel Porto Mendes Fonseca	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
Eduardo Monteiro Fagundes	Óleos e Resinas
Carlos Adolfo Bantel	SBEF - Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais
Rubens Cristiano Damas Garlipp	Silvicultores e Manejadores de Floresta

CONVIDADOS

Nome	Instituição
Cláudia Maria Mello Rosa	Ministério do Meio Ambiente/PNF
Eneida M Lipa	MEE
Sérgio Leitão	Green Peace
Justiniano Neto	UNIFLOR
Eleazar Volpato	UnB
Simone Dias	MRE
Valéria C R Losito	ABC – MRE
Roberto Ferreira de Santos	ABC – MRE
Hélder Andrade	AMS
Antônio Henrique Ramos	Ministério de Minas e Energia
Ricardo Castilho de Souza	AMS

Anexo 2. Apresentação do Estudo Estratégico “Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados”